

Orientações e Práticas Pedagógicas para Escolas Quilombolas

Guidelines and Pedagogical Practices for Quilombola Schools

Magna Valdirene Cordeiro Costa¹

Escola Estadual Bento Rocha de Jesus - Quilombola

Escola Estadual Rosarinha Pimentinha

Juliano Gonçalves Pereira²

CEDAPS

RESUMO

O processo escolar aplicado a Comunidades Quilombolas e a práticas educativas orientadas para esse setor vem se tornando cada vez mais discutido por diversos setores sociais e públicos. É de extrema importância, em uma sociedade que se torna cada vez mais moderna e globalizada, trazer aspectos que refletem e delimitam a inclusão de todos os grupos sociais, sobretudo os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e exclusão social. Vivemos grandes avanços nos últimos anos, no que diz respeito a legislações que chamam atenção para setores negros na sociedade brasileira, sobretudo, por meio de políticas públicas afirmativas aplicadas à educação, mas nem sempre o processo educativo e as práticas pedagógicas acompanham os avanços e desejos promovidos pelos movimentos sociais organizados. Levantamos, neste artigo, o impasse gerado pelas pretensões dos movimentos sociais negros, sobretudo do Movimento Negro pela educação em relação ao que chega de fato aos estudantes nas escolas, principalmente nas que são classificadas como Escolas Quilombolas, o que nos desafia constantemente a repensar o sistema educacional brasileiro até que ele consiga de fato incorporar, de forma digna, os grupos sociais que herdaram um lugar específico na sociedade brasileira, como é o caso de negros quilombolas. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva refletir sobre a Educação Escolar Quilombola como uma política pública inclusiva e analisar o funcionamento de práticas educativas, desenvolvidas em escolas que atendem esse público. Buscamos ainda pensar a educação e saberes das Comunidades Quilombolas e seus processos educativos orgânicos. Assim, o artigo direciona-se para uma reflexão que se soma ao debate das relações étnico-raciais, aplicados à uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Educação Escolar; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The school process applied to Quilombola Communities and educational practices oriented to this sector, has become increasingly discussed by various social and public sectors. It is extremely important, in a society that is becoming increasingly modern and globalized, to bring aspects that reflect and outline the inclusion of all social groups, especially those who are in a situation of greater vulnerability and social exclusion. We have experienced great advances in recent years, with regard to legislation that draws attention to black sectors in Brazilian society, especially through affirmative public policies applied to education, but the educational process and pedagogical

1 Especialista em Práticas Pedagógicas (IFNMG). Rua Eunesio Dias Magalhães, 621. Planalto. Capelinha/MG. Cep: 39680-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1302-3653>. E-mail: magnavccosta@gmail.com.

2 Dr. Em Educação (UFMG). Assessor Pedagógico CEDAPS, Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Rua São Lucas, 80, Vila Arraiolos, Diamantina/MG. CEP: 39100-000. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5684-403X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6068916664277985>. E-mail: juliano.afro@gmail.com.

practices do not always follow the advances and desires, promoted by organized social movements. In this article, we raise the impasse generated by the pretensions of black social movements, especially the Black Movement for education and what actually reaches students in schools, especially in those classified as Quilombola Schools, which constantly challenges us to rethink the system Brazilian educational system, until it actually manages to incorporate, in a dignified way, the social groups that have inherited a specific place in Brazilian society, as is the case of black quilombolas. In this perspective, this article aimed to reflect on Quilombola School Education as an inclusive public policy, and to analyze the functioning of educational practices developed in schools that serve this public. We also seek to think about the education and knowledge of Quilombola Communities and their organic educational processes. Thus, the article directs to a reflection that adds to the debate of ethnic-racial relations applied to an emancipatory education.

Keywords: Quilombola Communities; Schooling; Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

Conhecidos como mocambos, terras de preto, comunidades negras rurais, os quilombos, ou os povos quilombolas³, têm origem no período escravocrata, constituídos por movimentos de resistência dos negros africanos e afro-brasileiros, nascidos escravizados neste país. Tendo a fuga como uma das estratégias de liberdade do período escravocrata, a formação dos quilombos constituía-se como alternativa de viver coletivamente, e isso ocorria, na época, em comunidades isoladas, mas poderia ser, também, agrupamentos intensamente integrados à sociedade da época. Os quilombos são parte fundante da história brasileira, permanecendo até os dias atuais como símbolo de resistência e conservação de tradições afro-brasileiras e africanas (SILVA, 2015).

A visibilidade das comunidades negras rurais começou a ganhar expressão a partir da Constituição Federal de 1988, assegurada no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em seu Art. 68: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Baseados nesse artigo, os quilombolas lutam pela emissão dos títulos definitivos de suas terras (MOURA, 2007).

Graças à grande luta dos movimentos sociais negros e ao reconhecimento da importância histórica dos saberes tradicionais presentes nesses territórios, as Comunidades

3 Quilombolas são aqui compreendidos como os povos descendentes e remanescentes de comunidades formadas por escravizados fugitivos (que formavam os quilombos), entre o século XVI e o ano de 1888, quando houve a abolição da escravatura no Brasil. Atualmente as comunidades quilombolas estão presentes em todo o território brasileiro, e nelas se encontra uma rica cultura, baseada na ancestralidade negra, indígena e branca. No entanto, os quilombolas sofrem com a dificuldade no acesso à saúde e à educação. Mais ver: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>

Quilombolas têm conseguido algumas políticas públicas de acessibilidade básica, mesmo que todas as demandas não tenham sido alcançadas. Ainda há desencontros entre as necessidades e a garantia dos direitos já alcançados e as políticas que o setor público fornece para essas comunidades. Mesmo com as aproximações de diversos setores públicos e sociais, a ausência de avanços e efetivação de direitos ainda prevalecem para a cobertura integral das Comunidades Quilombolas.

Identidade, diversidade e direito, em relação a todas as diferenças, sejam elas de raça, classe, orientação sexual, religião, entre outras, são dimensões que compõem o cenário atual das políticas educacionais brasileiras, senão de forma central, de maneira persistente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Nº 9.394/1996, definiu que, na educação básica, se inserem as seguintes modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, educação indígena, educação do campo e ensino a distância. Nessa legislação, as modalidades referem-se às formas distintas que a estrutura e a organização do ensino adotarão para adequarem-se às necessidades e às disponibilidades que garantam condições de acesso e permanência na escola (MIRANDA, 2012).

Nessa perspectiva, o cenário educacional no Brasil reconhece a necessidade de elaboração de políticas públicas direcionadas às Comunidades Quilombolas, com o objetivo de inclusão desses sujeitos, e na tentativa de superar o abismo que a exclusão traz para a vida de cada quilombola, sobretudo as crianças.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino recente no âmbito da Educação Básica, visto que a Resolução Nº 08, de 20 de novembro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Portanto, trata-se de uma política pública em construção, cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar (SOARES, 2016).

Segundo Edmara Soares (2016), a discussão sobre a Educação Escolar Quilombola é absolutamente contemporânea no cenário nacional da política pública educacional. Trata-se de uma modalidade de educação fortemente vinculada à produção de uma nova cartografia da diversidade brasileira, cujo mapa mostra o reconhecimento étnico-cultural de um grupo étnico historicamente posicionado às margens, nas bordas, quando não completamente excluído. Assim, a Educação Escolar Quilombola configura uma política da diferença sem precedentes na história da educação brasileira.

A instituição escolar é marcada por gerações que emergem demandas educacionais, sociais e culturais. Tendo como base distintos campos do conhecimento, é acompanhada de arcabouços teóricos e práticos para delinear as diversas demandas encontradas. No que concerne à modalidade de Educação Escolar Quilombola, existem fatores que vão além do discurso teórico, pois as demandas são ainda maiores para tentar sanar o abismo da exclusão. Entretanto, na perspectiva de Soares (2016), a escola não se prepara para receber ou mesmo lidar com as mudanças sociais ou com as demandas emergentes; antes disso, são elas que vão se impondo e exigindo outras posturas pedagógicas, outras formas de olhar e dizer sobre povos e culturas secularmente ausentes das pautas curriculares.

A escola e, naturalmente, a educação vivem uma época de imensos desafios e, pensando nos que são enfrentados pelos quilombolas, é importante lançar visibilidade no fortalecimento e reconhecimento de culturas locais, assim como auxiliar no processo de inclusão dessas comunidades, para manter e perpetuar a cultura e saberes seculares presentes nesses territórios, começando pelo processo educativo. Nessa perspectiva, ainda que muitos não entendam a importância desse debate, fundamos o problema estudado nesse artigo, que questiona: como a política de Educação Escolar Quilombola tem sido aplicada junto a esse público?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a Educação Escolar Quilombola e como sua aplicação tem ocorrido, de forma inclusiva e comprometida com as pautas de movimentos sociais, sobretudo o Movimento Negro. Buscamos, ainda, pensar a educação e saberes Quilombolas e suas orientações para práticas pedagógicas eficazes para esses sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente artigo foi desenvolvido, a partir do levantamento do referencial bibliográfico e teórico sobre saberes quilombolas e sobre os processos educativos, presentes nesses territórios, levando em consideração seus saberes e modos de vida e sua contribuição para a história deste país.

É importante apresentarmos a origem do termo Quilombo, que retorna ao cenário nacional, não como algo do passado, que precisa ser lembrado, mas, sobretudo, como uma ideia associada à resistência e a lutas por direitos historicamente ceifados. O Quilombo faz emergir uma nova pauta no âmbito da política nacional, que, por sua vez, exigiu a

conjugação de esforços de militantes, afrodescendentes e cientistas, na definição do que vem a ser o quilombo na atualidade e quem são os quilombolas (SOARES, 2016; SILVA, 2015; MOURA, 2007).

Segundo Leite (2000), nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. Ainda, quando entra em cena a noção de quilombo, como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações, compreende-se a incidência voraz das distintas dimensões do racismo⁴ brasileiro.

Por outro lado, ao delinear o conceito de quilombo, Almeida (2002) faz uma análise crítica do termo, evidenciando a inoperância do conceito no âmbito de sua definição, que é composta por cinco elementos, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- 1) vínculo a escravos fugidos;
- 2) quantidade mínima de fugidos;
- 3) localidade marcada pelo isolamento geográfico (ou dificuldade de acesso, estando próximo ao mundo natural e selvagem, em oposição ao mundo dito “civilizado”);
- 4) a ausência de “rancho”, morada, benfeitoria;
- 5) “nem se achem pilões nele”, o pilão é o instrumento que transforma o arroz, portanto, representa a sustentabilidade. (ALMEIDA, 2002. p.68)

Já para Lara (1996), essa definição de quilombo foi elaborada pelos agentes da administração colonial, portanto, “trata-se de uma definição operacional ligada ao estabelecimento dos salários do capitão-do-mato, mas que é, sobretudo, uma definição política”.

As Comunidades Quilombolas são reconhecidas pelo seu modo de organização e cultura própria, por terem seus costumes, práticas, religião e reprodução social baseadas na ancestralidade e em suas tradições. É importante colocar em destaque os saberes quilombolas, visto que esses estão intrínsecos no processo de construção e aprendizagem dos indivíduos.

4 Entendemos Racismo como o exercício da discriminação e do preconceito (direta ou indiretamente) contra indivíduos ou grupos por causa de sua etnia ou cor. É importante ressaltar que o preconceito é uma forma de conceito ou juízo formulado sem qualquer conhecimento prévio do assunto tratado, enquanto a discriminação é o ato de separar, excluir ou diferenciar pessoas ou objetos. Mais ver: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/racismo.htm>

Trazendo para o contexto da educação básica, vê-se uma renovação de métodos e conteúdo que abrem espaço para novas formas de ensino-aprendizagem. Ao analisar temáticas e problemáticas percebe-se que envolve uma complexidade nas discussões que norteiam o ensino. Metodologicamente falando, quando se envolve um conjunto de práticas e até mesmo disciplinas (em seus respectivos métodos), é possível a obtenção e integração horizontalizada, que constrói e incorpora o ensino (ALMEIDA & CORSO, 2008).

Um marco importante que intensifica esse debate foi a aprovação e promulgação da Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Lara (2014), destaca que ela representa uma grande conquista da sociedade organizada pelo movimento social negro, que há décadas luta contra a discriminação vivida pelos afrodescendentes aqui no Brasil. Ela altera a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, trazendo à educação brasileira a inclusão do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, a ser ministrado em todas as disciplinas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. Entretanto, todas as disciplinas da grade curricular estão aptas a contê-la em seus programas (BRASIL, 2003).

Assim, a lei 10639 abre espaço para se pensar a Educação Quilombola, pois a história dos africanos e dos afro-brasileiros, necessariamente, passa por valores materiais e imateriais, saberes tradicionais e resguardados nesses territórios. Apesar dos avanços promovidos por essa lei, muitos obstáculos são encontrados pelo professor e pelos alunos dentro da sala de aula, uma vez que o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira pode ser, por vezes, diversificado, extenso e abstrato, e não cabe apenas em uma ou duas disciplinas, ela deve ser pensada e exercida de forma transversal e contínua. É preciso compreender esses obstáculos como fórmulas para expandir as opções do conteúdo repassado ao aluno e transformá-lo em conexões que modifiquem a forma convencional do ensino-aprendizagem e o torne dinâmico e bem-sucedido (JARDIM, FERREIRA & PIUZANA, 2016).

A aprendizagem dos alunos é baseada não somente em sua bagagem vivida, mas constitui-se a partir de contextos familiares, sociais, econômicos e culturais. Levando em consideração que cada indivíduo tem momentos de aprendizagem diferentes, o aluno deve

ser considerado como principal responsável pela contribuição do que aprende e como aprende.

Para Jardim, Ferreira e Piuzana (2016), os alunos se baseiam naquilo que mais gostam e se identificam dentro da sala de aula e no fato de que acabam por fazer uma ligação homogênea entre suas experiências cotidianas e o que aprendem, cabendo ao educador/professor o papel de proporcionar-lhes atividades que possam cumprir a difícil tarefa (em alguns casos) de ensinar.

EDUCAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Tendo em vista que há uma necessidade de novas incorporações de métodos educacionais dinâmicos que, de fato, alcancem os saberes e práticas pedagógicas tradicionais, fica claro que a construção prática do conhecimento facilita a aprendizagem dos alunos. Metodologicamente, as práticas pedagógicas, quando pensadas para Comunidades Quilombolas, implicam uma reflexão sobre a forma como o conhecimento é passado de geração em geração nesses territórios. A oralidade é um valor civilizatório afro-brasileiro, e nele se assenta a maneira mais natural de ensino, que é a base das relações quilombolas.

Trindade, ao refletir sobre a expressão “valores civilizatórios afro-brasileiros” tem a intenção de destacar:

(...) a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas, trazidos ou vindos para o Brasil, e seus descendentes brasileiros, implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração. Queremos destacar que, na perspectiva civilizatória, somos, de certa forma ou de certas formas, afrodescendentes. E, em especial, somos o segundo país do mundo em população negra (TRINDADE, 2012).

A autora considera a oralidade como um desses valores. Muitas vezes preferimos ouvir uma história que a ler, preferimos falar que escrever. Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. Ela ainda orienta da importância de fazer de cada um dos seus alunos e alunas contadores de histórias, compartilhadores de saberes, memórias, desejos e fazeres pela fala. Ressalta que falar e ouvir podem ser libertadores. Indica que promovamos momentos em que a história, a música, a lenda, as parlendas, o conto, os fatos do cotidiano, possam ser ditos e reditos, alerta para que potencializemos a expressão “fale menino, fale menina” (TRINDADE, 2012).

Outro valor que precisa estar na prática da Educação Quilombola é a Circularidade. Trindade (2012) destaca que a roda tem um significado ancestral e aponta para o movimento, renovação, processos e coletividade. Exemplifica trazendo a roda de samba, de capoeira, as histórias ao redor da fogueira. Já fazemos as tradicionais rodinhas na Educação Infantil, nas reuniões pedagógicas e nas reuniões dos responsáveis. Propõe a autora potencializarmos mais a roda, com cirandas, brincadeiras de roda e outras brincadeiras circulares (TRINDADE, 2012).

Ressaltamos, ainda, para mais dois valores apresentados pela autora, a Corporeidade e a Musicalidade. Sobre a Corporeidade, a autora chama atenção para a importância do corpo, porquanto com ele vivemos, existimos, somos no mundo. Destaca que: um povo que foi arrancado da África e trazido para o Brasil só com seu corpo aprendeu a valorizá-lo como um patrimônio de fundamental importância.

Nesse sentido, como educadores e educadoras, sobretudo na Educação Infantil, precisamos valorizar nossos corpos e os corpos dos nossos alunos, não como algo narcísico, mas como possibilidade de trocas, encontros. Destaca a importância de valorizar os nossos corpos e os de nossas crianças, como possibilidades de construções, produções de saberes e conhecimentos coletivizados e compartilhados. Alerta para o cuidado do corpo. Aprender a massageá-lo, tocá-lo, senti-lo, respeitá-lo é um dos nossos desafios no trabalho pedagógico com a Educação Infantil. Dançar, brincar, rolar, pular, tocar, observar, cheirar, comer, beber, escutar com consciência. Aparentemente nada de novo, se não fosse o desmonte de corpos idealizados e a aceitação dos corpos concretos (TRINDADE, 2012).

E, por fim, a Musicalidade. Trindade (2012) descreve que a música é um dos aspectos afro-brasileiros mais emblemáticos. Um povo que não vive sem dançar, sem cantar, sem sorrir, e que constitui a brasilidade com a marca do gosto pelo som, pelo batuque, pela música, pela dança. Uma Comunidade Quilombola não existe sem suas músicas, sem suas rodas, sem sua corporeidade e oralidade. Essas dimensões precisam ser consideradas no exercício de práticas pedagógicas destinadas a essa população.

Mais do que a reflexão, é necessário aprofundar em aspectos que extrapolam o teórico e tornam o processo educativo mais enriquecedor. Assim, é esperada a aplicação de práticas pedagógicas, que tragam sentido e relevância para os alunos e para os professores que atuam na Educação Quilombola, levando em consideração que as práticas são instrumentos contínuos e que realçam a necessidade de pensarmos nessas estratégias sob

uma perspectiva estrutural, que não só mostra resultados imediatos, mas que implique aprendizados posteriores.

Por fim, o planejamento efetivo e articulado é a forma mais eficaz para alcançarmos avanços educacionais e melhores métodos de ensino, que adaptem e fomentem a aprendizagem, tornando-a mais inclusiva na formação de crianças e jovens quilombolas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi estruturada através de leituras críticas de diversas obras relacionadas ao tema, e, após a realização de levantamento de informações teóricas de pesquisa bibliográfica básica, alcançamos as análises que aqui apresentamos.

Inclinados nos ensinamentos de Alves (1991), nos quais a autora descreve que “*não há metodologias boas ou más, intrinsecamente, mas sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema*”, buscamos, neste artigo, realizar uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica crítica acerca da educação quilombola.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, conforme Minayo (2012), deve ser crítica, disciplinada e ampla, pois requer reflexão, compromisso e atualização. A metodologia é o meio pelo qual o pesquisador utiliza para conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico.

REFLEXÕES FINAIS

A partir do olhar atento e cuidados para com os entendimentos culturais e educativos das Comunidades Quilombolas, encontramos algumas pistas que orientam a didática e as práticas pedagógicas do educador, enquanto mediador dos processos educativos, baseados nos saberes e conhecimentos tradicionais. Tais informações amplificam as possibilidades de desenvolver práticas pedagógicas ou práticas educativas que corroborem com a aprendizagem dos indivíduos, colocando também em destaque a própria comunidade e seus próprios saberes.

Nesse aspecto, o artigo nos encaminha para uma constante reflexão, primeiramente, destacando a necessidade de observação de uma política pública que atenda melhor, não só as comunidades quilombolas, mas também a sua educação em si. Destaca-se a importância da elaboração de medidas educativas e currículo escolar que vise fortalecer as comunidades e dar voz às suas ansiedades, levando em consideração seus contextos e modos de vida.

Outro fator importante é a construção do questionamento crítico e, conseqüentemente, mecanismos para colaborar com a realidade e a sua transformação.

Não se trata apenas de uma perspectiva curricular que legitime vozes, experiências, modos de vida, é moldar a realidade desses indivíduos para que a escola faça parte dessa história, como direito pelo qual os alunos terão uma visão de mundo e possibilidade de transformação das suas realidades e vivências.

Enquanto educadores, existe a necessidade de estreitar os saberes tradicionais com os conteúdos e saberes quilombolas, visto que os cotidianos e modos de vida também tecem os saberes e experiências nas comunidades. Estar a par e defender políticas educacionais não é minimizar conteúdos existentes, mas priorizar conteúdos que possam colaborar com os processos independentes de aprendizagem. Nesse ponto, as práticas pedagógicas são uma maneira didática de ensinar e possibilitar aprendizagem dos alunos, que podem administrar seus conhecimentos de forma prática.

Embora seja inegável que muito tem se avançado sobre a Educação Quilombola nos últimos anos, fruto de lutas dos movimentos sociais negros pró-educação, ainda é desafiador para a política educacional entregar, em escolas quilombolas, orientações mais precisas e alinhadas com os conhecimentos ancestrais desse povo. O currículo educacional brasileiro é desafiado a se descolonizar e incorporar saberes e visões de mundo de africanos e afro-brasileiros. As práticas educativas dos quilombos, assentadas na oralidade e no comportamento desses povos, devem ser melhor investigadas e incorporadas nas práticas pedagógicas de escolas que assim se intitulam quilombolas.

Por fim, os educadores assumem um papel de grande relevância para a vida dos quilombolas diariamente, pois possibilitam o acesso aos saberes universais, promovendo um intercâmbio político, econômico e social, trazendo conhecimentos e diversidades culturais e educacionais, que moldam as vivências e dão voz às particularidades desse grupo social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ALMEIDA, A.; CORSO, A. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. **XII Congresso Nacional de Educação**. Grupo de Trabalho - Educação de Jovens e Adultos. 2015.

- ALVES, A. J. **O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação**. Caderno Pesquisa, São Paulo (77); 53-71, maio 1991.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 01 nov. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil . Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> . Acesso em: 16 out. 2021.
- JARDIM, Jamila Paula. FERREIRA, Ana Paula Fernandes. PIUZANA, Daniele. CIRCULAÇÃO GERAL DA ATMOSFERA: proposta da construção de um globo terrestre como prática de ensino. **Revista Eletrônica Georaguaia**. Barra do Garças-MT. V 6, n.1, p. 57 a 70. Janeiro/julho. 2016.
- LARA, S. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, J. J.; GOMES (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEITE, G. **Políticas Públicas e olhares sobre a diferença: a criança quilombola na instituição escolar e em outros espaços educativos de Lagoa Trindade, Jequitibá, Minas Gerais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2009.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro/São Paulo: ABRASCO/HUCITEC, 2012.
- MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Rev. Bras. Educ.** 17 (50), ago. 2012. Acesso em: 13 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200007>>
- MOURA, G. Proposta pedagógica em educação quilombola. In: GOMES, A. **Experiências inovadoras no ensino quilombola**. Salto para o Futuro, Boletim 10. Junho, 2007. Acesso em: 13 de setembro de 2021.
- SILVA, T. D. **Educação escolar quilombola no censo da educação básica**, Texto para Discussão, N. 2018, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: 2015. Acesso em: 13 de setembro de 2021. Disponível em
- SOARES, E. G. Educação Escolar Quilombola: Reafirmação de uma Política Afirmativa. **Reunião Científica Regional da ANPED**. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. UFPR: Curitiba, Paraná. 2016.
- TRINDADE, Azoilda Loretto e SANTOS, Rafael (org.). Multiculturalismo – mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. Racismo no Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 1994. Dissertação de Mestrado em Educação.
- _____. Programa 2. Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil, 2012.



Submetido em: 14 de janeiro de 2022.

Aprovado em: 25 de março de 2022.

Publicado em: 10 de agosto de 2022.